

Processo n.: @PCP 19/00222997

Assunto: Prestação de Contas referente ao exercício de 2018

Responsável: Valter Marino Zimmermann

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Barra Velha

Unidade Técnica: DGO

Parecer Prévio n.: 277/2019

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e considerando que:

I - É da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - As Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2018;

V - O Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - É da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - A apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - A análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX - A manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer n. MPC/AF/1191/2019;

1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal de Barra Velha a **REJEIÇÃO**, das contas anuais do exercício de 2018 do Prefeito, em face das seguintes restrições identificadas no **Relatório DGO n. 224/2019** da Diretoria de Contas de Gestão (DGO):

1.1. Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no valor de R\$ 14.890.959,62, representando 24,79% da receita com impostos incluídas as transferências de impostos (R\$ 60.070.501,61), quando o percentual constitucional de 25,00% representaria gastos da ordem de R\$ 15.017.625,40, configurando, portanto, aplicação a menor de R\$ 126.665,78 ou 0,21%, em descumprimento ao art. 212 da Constituição Federal (itens 5.2.1 e 1.2.1.1 do Relatório DGO).

1.2. Despesas com pessoal do Poder Executivo no valor de R\$ 52.070.143,36, representando 56,42% da Receita Corrente Líquida Ajustada (R\$ 92.295.179,04), quando o percentual legal máximo de 54,00% representaria gastos da ordem de R\$ 49.839.396,68, configurando, portanto, gasto a maior de R\$ 2.230.746,68 ou 2,42%, em descumprimento ao art. 20, III, 'b' da Lei Complementar n. 101/2000 (itens 5.3.2 e 1.2.2.2 do Relatório DGO).

1.3. Despesas com pessoal do Poder Executivo no 2º quadrimestre de 2018, no valor de R\$ 53.668.583,37, representando 60,40% da Receita Corrente Líquida Ajustada (R\$ 88.850.857,66), caracterizando descumprimento ao disposto no art. 23 da Lei Complementar n. 101/2000, em razão da não eliminação do percentual excedente apurado no exercício de 2017 (itens 5.3.4 e 1.2.2.3 do Relatório DGO).

1.4. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da educação básica no valor de R\$ 19.703.168,75, equivalendo a 94,41% (menos que 95%) dos recursos do FUNDEB, gerando aplicação a menor no valor de R\$ 123.767,66, em descumprimento ao art. 21 da Lei n. 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 2 e item 1.2.2.4 do Relatório DGO).

2. Recomenda ao município de Barra Velha que atente para as demais restrições apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes do item 9.2 da Conclusão do Relatório DGO, quais sejam:

2.1. Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de R\$ 510.528,46, resultante do déficit financeiro remanescente do exercício anterior, correspondendo a 0,54% da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (R\$ 94.761.095,81), em desacordo ao art. 48, “b” da Lei n. 4.320/64 e 1º da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF (itens 4.2 e 1.2.2.1 do Relatório DGO).

2.2. Aplicação parcial no valor de R\$ 129.481,44, no primeiro trimestre de 2018, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 794.099,01, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do art. 21 da Lei n. 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3 e item 1.2.2.5 do Relatório DGO).

2.3. Contabilização de Receita Corrente de origem das emendas parlamentares individuais, no montante de R\$ 350.000,00, em desacordo com a Portaria Interministerial STN/SOF n. 163/2001 e alterações posteriores c/c art. 85 da Lei n. 4.320/64 (itens 3.3 e 1.2.2.6 e Anexo 10 às fs. 69 a 79 dos autos).

2.4. Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor na FR 02 – R\$ 590.714,81 e FR 00 - R\$ 3.945.537,21, e de Passivo Financeiro (Atributo F) com saldo devedor em Depósitos e outras Obrigações na FR 02 – R\$ 140.887,29 e FR 00 – R\$ 1.271.241,83 e Restos a Pagar Processados nas FR 32 – R\$ 18.116,41 e FR 33 – R\$ 447,52, em afronta ao previsto no art. 85 da Lei n. 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos e item 1.2.2.7 do Relatório DGO).

2.5. Divergência, no valor de R\$ 354.775,98, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro e o resultado da execução orçamentária, sem considerar os ajustes efetuados pela Instrução e deduzido o cancelamento de restos a pagar, em decorrência, em parte, de desincorporação de passivos (financeiro) – conta 464010200 – com contrapartida na conta Bancos Conta Movimento (111111900),

sem correspondente execução orçamentária, em afronta ao art. 85 da Lei n. 4.320/64 (itens 3.1, 4.2 e 1.2.2.8 e Anexo do Relatório de Instrução - 10 do Relatório DGO).

2.6. Realização de despesas, no montante de R\$ 1.242.573,30, de competência do exercício de 2018 e não empenhadas na época própria, em desacordo com os artigos 35, II, 60 e 85 da Lei nº 4.320/64 (Anexos do Relatório de Instrução doc. 08, Quadros 02-A e 11-A e item 1.2.2.9 do Relatório DGO).

2.7. Balanço Consolidado não demonstrando adequadamente a situação financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2018, em virtude das inconsistências contábeis apuradas, contrariando o art. 85 da Lei n. 4.320/64 (itens 9.2.9 e 1.2.2.10 do Relatório DGO).

2.8. Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao art. 51 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 c/c o art. 7º da Instrução Normativa n. TC – 20/2015 (fs. 2 a 4 e item 1.2.2.11 do Relatório DGO).

3. Recomenda ao Município que:

3.1. Adote medidas para incluir em suas políticas públicas de saúde, além do planejamento e execução do Plano Nacional de Saúde, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

3.2. Formule os instrumentos de planejamento e orçamento público competentes – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE).

3.3. Se atente para a ausência do Plano de Ação e/ou Plano de Aplicação e/ou a avaliação de cumprimento dos referidos planos, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em observância ao disposto no art. 7º, parágrafo único, inciso IV, da Instrução Normativa n. TC-20/2015.

3.4. Após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

4. Solicita à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

5. Determina a ciência deste Parecer Prévio à Câmara Municipal de Barra Velha.

6. Determina a ciência deste Parecer Prévio, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do **Relatório DGO n. 224/2019** :

6.1. Ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 9c.2 estabelecida na Portaria n. TC-0374/2018, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2 do Relatório DGO;

6.2. À Prefeitura Municipal de Barra Velha.

Ata n.: 87/2019

Data da sessão n.: 18/12/2019 - Ordinária

Especificação do quórum: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, Herneus De Nadal, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Luiz Eduardo Cherem, José Nei Alberton Ascarí e Gerson dos Santos Sicca (art. 86, *caput*, da LC n. 202/2000)

Representante do Ministério Público de Contas: Aderson Flores



Conselheiros-Substitutos presente: Cleber Muniz Gavi e Sabrina Nunes Iocken

ADIRCÉLIO DE MORAES FERREIRA
JÚNIOR
Presidente

HERNEUS DE NADAL
Relator

Fui presente: ADERSON FLORES
Procurador-Geral Adjunto do Ministério Público de Contas/SC